



Anais da Assembleia

N.º 50

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 046.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1984

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Werner Wanderer, secretária pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Antônio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 12/84, que dá nova redação ao Anexo I, do Art. 16, da Lei n.º 7784, de 14/12/83, que especifica (ocupantes do cargo de Taquígrafia).

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. VALENTIN GULIN, ocorrido nesta Capital, no dia 1.º do corrente mês.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Filho de imigrantes italianos radicados na Colônia Santa

Felicidade, mudando-se posteriormente para o Bairro Bacacheri, foi o Sr. Valentin Gulin o fundador da Auto-Viação Glória, na década de 1940. Essa linha de ônibus circular teve um impulso notável que, com o passar do tempo, outras empresas foram a ela se incorporando, sempre sob sua liderança.

Desaparece aos 69 anos de idade, deixando viúva a Sra. Ana Maria Menegusso Gulin e os filhos: José Mauro (empresário), Donato, (o amigo Deputado nesta Casa), Eliséu (médico); além de Luiza Marlene Buccinelle e Denise Criveláro.

O extinto, sepultado no sábado findo, deixa uma grande lacuna no meio empresarial do transporte coletivo de nossa cidade, merecendo as sentidas homenagens desta Casa o seu infausto passamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GERALDO FERREIRA, pioneiro fundador de Altamira do Paraná, ocorrido hoje, na cidade de Altamira do Paraná.

Outrossim, solicito que da decisão da Casa seja dado conhecimento aos familiares, no seguinte endereço: Av. Jayme Canet, s/n - Altamira do Paraná - CEP. 85.280.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro do jovem MARCELO ZANON, vítima de trágico acidente automobilístico, ocorrido sábado, dia 02, nesta Capital.

O extinto era filho de tradicional família paranaense, deixando consternados com seu passamento a todos que o conheciam.

Associando-se às manifestações de pesar é que solicitamos a presente consignação nos Anais desta Casa e que do seu pronunciamento seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO-ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO SARTORI, ocorrido no dia 03 próximo passado.

Era o extinto chefe de tradicional família, pioneira da região Oeste.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do jovem MARCELO HAMILTON ZANON FILHO,

ocorrido em acidente automobilístico dia 02 passado nesta Capital. Marcelo contava apenas 18 anos de idade e era filho do Sr. Hamilton José Zanon, assessor parlamentar nesta Casa de Leis.

Requerem ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência à família enlutada, à Rua Padre Anchieta, 1808, ap. 34, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI e
ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALCIDES MÁRIO QUESE, Vereador do Município de Campo Tenente, ocorrido dia 03 próximo passado.

Requeiro outrossim, que da decisão da Mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, Sr. Luiz Cordoní Júnior, pelo sucesso alcançado na campanha de vacinação na Região de Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O fato de que 82 por cento da população da região de Londrina tenha sido atendida pela campanha de vacinação contra a meningite em apenas dois dias, e o entrosamento entre os órgãos municipal, estadual e federal, em conjunto com a Universidade Estadual de Londrina e entidades beneficentes, que propiciou tal índice, merecem elogios.

Além disso, fator que mais nos gratificou foi o pronto atendimento ao problema que, em menos de uma semana, foi detectado, diagnosticado e atacado, demonstrando que o trabalho da Secretaria é exemplo de competência e seriedade quanto ao atendimento da população.

A gratificação maior fica portanto, quanto ao trabalho conjunto que propiciou um atendimento imediato e eficaz.

Além disso, faz-se necessário destacar, como exemplo, a iniciativa privada que está representada pela empresa COPRALON, de Londrina, que de pronto atendeu a solicitação da Secretaria e generosamente colocou à disposição do Estado um de seus caminhões frigoríficos, para guardar as vacinas enquanto o trabalho era desenvolvido.

Estes são os motivos da congratulação já que mais uma vez fica demonstrado que o trabalho bem intencionado e dirigido com eficácia alcança seu objetivo, e a comunidade, como um todo, se beneficia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ser ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de voto de congratulações à Associação Profissional das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Profissional das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios de Curitiba, foi constituída para fins de proteção da classe, no sentido da solidariedade social, representação, perante as autoridades administrativas e judiciárias, dos problemas que se relacionam com a categoria.

A união dos profissionais desta área em torno de sua Associação é um passo fundamental para seu crescimento, enquanto a classe reivindicatória e consciente de seus problemas, alcança, desta forma, condições para a superação dos mesmos.

A categoria, representada pelo Presidente Edvino Rossa, dá um passo adiante na sua organização e representação perante a sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Sr. Dr. Max Rosenmann, Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o mais veemente apelo no sentido de que seja instalado, com a máxima urgência, um Posto de Atendimento daquele órgão previdenciário na sede do Município de Porto Amazonas.

Tendo em vista que a população daquele prestigioso município, em abaixo-assinado encaminhado à Superintendência do IPE, em 16 de maio de 1984, pelo Presidente do Diretório Municipal do PMDB daquele município, Sr. Dylor de Freitas, comprovou a existência de um mínimo de cem funcionários segurados por aquele Instituto, exigência legal para que seja instalado um posto de tal natureza. Não vemos como se lhe negar o atendimento de uma aspiração tão justa, que virá, com certeza, facilitar aos interessados a obtenção dos serviços que lhe são devidos pela previdência estadual.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio a este requerimento dentro desta Casa e com as urgentes providências a serem tomadas pela administração do IPE.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa, ao projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, transferindo para as segundas-feiras a comemoração de datas que merecem feriados, ressalvadas as especiais.

O projeto, que foi proposto pelo Deputado J. G. de Araújo Jorge, do PDT carioca e demorou treze anos para ser aprovado, depende agora da sanção presidencial. No entanto, trata-se de uma medida que indiscutivelmente trará resultados benéficos à economia e à própria sociedade, tendo em vista o melhor aproveitamento das semanas de trabalho interrompidas por feriados.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, Sr. Max Rosenmann, através da Secretaria da Administração, solicitando sejam criadas agências do IPE nos seguintes Municípios: Agudos do Sul, Adrianópolis, Almirante

Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Porto Amazonas, Rio Branco do Sul, Mandirituba, Quitandinha e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A descentralização dos serviços públicos é medida que deve ser levada em consideração, em toda oportunidade e quando os fatos assim o exigirem.

A instalação de agências do IPE, nos municípios retro-mencionados, por certo trarão grandes vantagens aos funcionários do Estado que lá prestam serviços.

Daí porque, entendemos ser das mais justas as reivindicações que nos têm sido feitas por aquelas comunidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República e aos Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, propondo-lhes que assumam a bandeira da MORATÓRIA - JÁ.

A agiotagem internacional está nos minando progressivamente, até mesmo em nome do direito mais elementar: a SOBREVIVÊNCIA. Já não dispomos de reservas para pagar os juros de nossa dívida externa e decidir-se a não pagá-la por ALGUM TEMPO e curvar-se no AMANHÃ apenas para os números do montante primitivo desembaraçado da agiotagem, não seria de forma alguma enveredar pelos rumos do calote internacional, mas apenas optar pela articulação da resistência determinada pela alternativa juridicamente reconhecida como "Estado de Necessidade".

Olhemos ao redor. Países bem menores que o nosso, a exemplo da Bolívia e do Equador, já se anteciparam a nível de América Latina, e perfilaram-se aos olhos do mundo em termos de moratória.

Mais do que nunca, é hora de decisões arrojadas para salvar um povo em marcha veloz para os sacrifícios externos e, entre elas, a opção articulada em nome da legítima defesa da nacionalidade: MORATÓRIA - JÁ.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Interior, Coronel Mário David Andreazza, solicitando-lhe a liberação de recursos financeiros na ordem de um bilhão de cruzeiros, para o Município de Maringá, visando a complementação do asfalto do prolongamento da Avenida Colombo até a Avenida 19 de Dezembro, no Bairro do Mandacarú.

A presente solicitação prende-se ao fato de que irá melhorar sensivelmente as condições de escoamento dos produtos agrícolas, não somente da Região de Maringá, como também em nosso Estado e Estados vizinhos.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo devido visando avaliar a

real possibilidade de se criar novos horários para os transportes de passageiros na região do Município de Barbosa Ferraz.

As preocupações quanto à estrutura existente em termos de transportes, tanto a nível dos distritos administrativos pertencente a Barbosa Ferraz, com relação a municípios vizinhos, é manifestada pelos conceituados líderes comunitários do Distrito de Corumbataí do Sul, os Srs. Jair Cândido de Almeida e Antônio José de Andrade, onde estes afirmam ser da máxima urgência uma avaliação quanto aos problemas enfrentados pelos usuários, especialmente no que diz respeito à falta de disponibilidade de horários e as próprias condições dos veículos empregados no transporte.

Em face dos motivos ora apresentados, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes a devida avaliação quanto as condições das linhas de ônibus nos distritos administrativos, bem como na municipalidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a realização de estudos visando avaliar as condições de atendimento oferecidas pelo FUNRURAL na municipalidade de Araruna.

Atualmente, inúmeras são as queixas formuladas pelos habitantes do Município de Araruna quanto as condições de atendimento prestadas pelo FUNRURAL, consideradas por muitos como inabrangeante para o conjunto da população da zona rural.

Tais reclamações têm sido dirigidas ao Prefeito Municipal, o Sr. Osvaldo Valarini, que por sua vez tem procurado assegurar, em parte, certa assistência a seus habitantes. Ademais, faz-se necessário que o FUNRURAL amplie as suas condições de assistência ao trabalhador rural, tendo em vista também ter se verificado um considerado crescimento do contingente populacional, notadamente nas áreas agrícolas e pecuárias.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a ampliação do número de salas de aula na Escola General Carneiro, localizado na municipalidade de Roncador, através de liberação de recursos orçamentários.

O presente requerimento dirigido a essa Secretaria de Estado da Educação, se faz necessário, tendo em vista que a Escola General Carneiro há muito apresenta insuficiência de salas de aula, dada a exigência grandiosa decorrente da elevação do número de matrículas realizadas ainda no início do ano letivo. Ademais, aquela direção escolar não tem medido esforços no sentido de sanar problemas existentes em relação à capacidade de vagas, bastante limitadas.

Espera-se portanto o devido encaminhamento à reivindicação ora enunciada, dado ao grande anseio, não apenas daquela direção escolar, mas também do estudantado.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. João Catoldo Pinto, Diretor Geral do DNER, em que solicita providências no sentido da colocação de placas indicativas de sinalização na BR-369, e instalação de pórtico com a especificação da distância ao Município de Corbélia (ou utilização do pórtico já existente).

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Quando da conclusão da obra da BR-369, ocorreu um fenômeno característico dos períodos pré-eleitorais: o Município de Corbélia foi suprimido das placas indicativas de sinalização da rodovia federal.

Cumprir observar o termo supressão, pois originariamente as placas foram processadas com a especificação mas a nível regional, pelo motivo referido, a expressão Corbélia, governado pela oposição, foi olvidada.

Passado o processo eleitoral, persistiu a discriminação. O máximo que se obteve foi a colocação de uma pequena placa na entrada do trevo que dá destino a Corbélia, hoje absolutamente danificada pelas escritas políticas ali feitas.

Cumprir observar que o Município de Corbélia é, na atualidade, o quadragésimo em arrecadação de ICM no Estado, o que dá bem a conta do caráter progressista de sua comunidade.

Em vista do exposto, interpelamos a Diretoria Geral do DNER, no sentido da correção do problema, através da inscrição do nome do Município de Corbélia no pórtico já existente, confecção de novas placas indicativas da entrada do município e distância correspondente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário de Administração, sugerindo-lhes a reabertura de prazo para contagem de férias em dobro, na forma do plano de lei abaixo, justificado ao final:

“Art. 1.º – O funcionário que, por necessidade do serviço, houver deixado de gozar férias em períodos anteriores ao exercício de 1984, terá assegurado o direito de contá-las em dobro, na forma prevista no “caput” do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, desde que faça protocolar requerimento junto à repartição em que estiver lotado, dentro do prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(aa) NESTOR BAPTISTA

NILSO SGUAREZI

EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo terceiro do Art. 150, da Lei 6174/70, adicionado ao Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, através da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, estabeleceu o prazo prescricional de dois anos, para que o servidor usufruísse do direito de contar em dobro as férias deixadas de gozar, em períodos anteriores.

Posteriormente, o prazo para contagem das férias em dobro foi reaberto por 120 (cento e vinte) dias, de conformidade com a Lei n.º 7206, de 01 de outubro de 1979, sob a justifi-

cativa de que servidores teriam deixado de requerer o benefício por desconhecer o prazo prescricional.

Todavia, pecou novamente a administração, por não dar divulgação adequada sobre a reabertura do prazo para contagem das férias.

Busca-se, portanto, nesta ocasião, dar-se uma derradeira oportunidade aos servidores estaduais, principalmente aqueles que exercem suas atividades no interior do Estado, para que exerçam esse direito em igualdade com os seus colegas já beneficiados.

A propósito, lembramos que esta Casa, recentemente, aprovou o Projeto de Lei n.º 82/83, de autoria do Deputado Nestor Baptista, o qual, somente por razões técnicas (a iniciativa seria do Poder Executivo), foi vetado, ocasião em que o Governador do Estado assim se expressou: “Entretanto, vale mencionar que o plano de lei ora vetado em razão dos preceitos institucionais citados, não impedirá que os órgãos competentes da Administração realizem, oportunamente, estudos sobre tal matéria”.

Este, parece-nos, é o momento apropriado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. Nilton Miguel Friedrich, Secretário de Estado do Interior e Augustinho Vecchi, Superintendente da SUCEPAR, em que solicita a liberação de 400 (quatrocentos) tubos de concreto, de diâmetro 0,80m, para efeito da execução do projeto de drenagem (galerias de águas pluviais) e de controle da erosão urbana, no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Diretoria Técnica da SUCEPAR elaborou projeto de drenagem (galerias de águas pluviais) e de controle da erosão urbana no Município de Corbélia. Neste sentido, a Superintendência da empresa e o Gabinete do Secretário de Estado do Interior, já comunicaram a liberação de 200 (duzentos) tubos de concreto, de diâmetro 0,80 m.

Estas providências governamentais já deram ensejo ao início das obras na Avenida Paraná, daquele município, resultando em grande repercussão político-administrativa, uma vez que promete a superação do problema de erosão urbana existente há vários anos.

Ocorre, entretanto, que para a conclusão da obra referida, são necessários investimentos de grande monta, em especial no que se refere a tubos de concreto, combustível, maquinário, pessoal.

De conformidade com o espírito do Governo José Richa, solicitamos que a SUCEPAR e a SEIN adotem providências imediatas de liberação de mais 400 (quatrocentos) tubos de concreto, na medida especificada, com o fito de que o Governo do Estado possa marcar, efetivamente, sua presença no Município de Corbélia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, manifestando a esperança da rápida concretização da proposta que também defendemos, do reajuste das taxas de serviços públicos semestralmente.

A medida, prometida pelo ilustre Secretário, conforme noticiou a imprensa, vem ao encontro do interesse da própria

sociedade, como muito bem sustentou o presidente das Associações Comerciais do Paraná, empresário Carlos Alberto Pereira de Oliveira, ao comentar o assunto.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor GOVERNADOR JOSÉ RICHIA, sugerindo o envio de mensagem governamental à Assembléia Legislativa para, através de lei, liberar o Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - SPMV de suas funções públicas, sem prejuízos financeiros e funcionais, para dedicação exclusiva em proveito da referida entidade.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - SPMV tem contribuído, há anos, para o desenvolvimento da pecuária paranaense, em todos os seus aspectos. Exemplo disso são os estudos e propostas que tem formulado e sugerido ao Governo Estadual.

No entanto, para agilização dos resultados dessas atividades, que também se estendem ao associativismo, é fundamental que seu Presidente tenha tempo disponível, o que será conseguido com a liberação de suas funções na ACARPA.

Correspondendo à justeza desta reivindicação, e a compreensão de todos, seu atendimento virá de encontro aos anseios da comunidade médico-veterinária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor GOVERNADOR JOSÉ RICHIA, sugerindo o envio de mensagem governamental à Assembléia Legislativa para, através de lei, liberar o Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná de suas funções públicas, sem prejuízos financeiros e funcionais, para dedicação exclusiva em proveito da referida entidade.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná - SMVPR tem contribuído para o desenvolvimento dessa categoria profissional em nosso Estado, e por conseguinte da Medicina Veterinária paranaense.

No entanto, para maior desenvolvimento de suas atividades, é fundamental a disponibilidade de mais tempo para o seu Presidente - em especial. Exercendo ele funções públicas, cabe ao Estado sua dispensa.

Correspondendo à justeza desta reivindicação, o seu atendimento virá de encontro aos anseios da comunidade médico-veterinária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ RENATO PEDROSO, Mui Digno Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, em que solicita a realização de concurso público para preenchimento da vaga de oficial de tabelionato, no Tabelionato e Cartório de Protesto Gazineu,

com sede e foro no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A vacância do cargo de tabelião no Tabelionato e Cartório de Protesto Gazineu, em virtude do passamento do oficial que se encontrava desempenhando tal função, está a exigir a abertura de concurso público.

Esta reivindicação é tão mais atual quando se considera que sistematicamente estes organismos são instrumentalizados em funções político-partidárias, em absoluta dissonância com seus objetivos legais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Deni Lineu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando o cascalhamento da estrada que liga a localidade denominada "Posto Perigoso", no Município de Grandes Rios, à PR-451, pela importância que esta presta ao município.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Encaminhamos tal solicitação, face ao fator econômico que o cascalhamento desta estrada de leito natural, presta aos usuários do Município de Grandes Rios.

Para se tomar a BR-272 partindo-se da localidade denominada "Posto Perigoso", próximo a Rosário, Ribeirão Bonito e Grandes Rios pela PR-451, tem-se a distância de 36 Km dos quais 5 Km são de serra, com uma inclinação bem acentuada, antes da cidade de Grandes Rios.

No entanto, pelo cascalhamento da estrada (vide mapa anexo) esta distância diminuiria sensivelmente para 15 Km apenas, desembocando na "Fazenda Bocardi", antes do Distrito de São Domingos em Faxinal.

No limite do Município de Grandes Rios com Faxinal, há uma ponte em concreto sobre o Rio Alonzo, para transposição de veículos pesados, denominada Ponte Paulo Pimentel.

A realização deste empreendimento traria não só divisas econômicas para o Município como também a facilidade de se obter acesso a BR-272, proporcionando o escoamento da safra agrícola do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor JOSÉ BRANDT SILVA, Diretor Presidente do BANESTADO S.A., através da Secretaria das Finanças do Estado, reiterando o pedido das providências cabíveis, no sentido de que se faça instalar uma agência daquele órgão na cidade de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos o nosso pedido presente, pelo fato de que o jovem Município de Altamira do Paraná, ainda não conta com tão importante benefício, que é um estabelecimento oficial de crédito. Sua população necessita urgentemente da instalação de uma Agência do BANESTADO, visto que sua principal ocupação é a agricultura. Atividade que se não contar com o devido e imprescindível apoio financeiro, jamais terá o sucesso esperado. Justifica-se ainda, que Altamira do Paraná,

dista dos principais agentes financeiros oficiais, de um lado a mais de 70 quilômetros, e de outro a mais de 30 quilômetros, contando-se ainda que a ligação se faz por estradas que deixam muito a desejar o que vem prejudicar ainda mais o relacionamento cliente/banco, ocasionando inúmeros prejuízos para os agricultores altamirenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Indústria e do Comércio solicitando cópia do contrato firmado entre a SEIC e a empresa DESTIL, de Maringá para a construção de microdestilarias de álcool.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paranaense de Microdestilarias de Alcool prevê a produção até o final do atual Governo de 2.000 unidades, das quais 100 deverão ser produzidas e entregues este ano.

Como cada unidade está estimada em 9.200 ORTSs, equivalentes hoje a mais de Cr\$ 12.000,00, esse é um programa que envolve a aplicação de vultosos recursos.

As cem estimadas para esse ano totalizam 920 mil ORTNs, o que, valor de hoje de ORTNs, representa quase dez bilhões de cruzeiros. As mil unidades previstas, lógico, assomam a um valor, a preços atuais, de quase cem bilhões de cruzeiros.

Peio montante dos recursos envolvidos, é justo, é necessário, é indiscutível o dever dessa Assembléia de ser inteirado de todos os aspectos que envolvem o desenvolvimento desse programa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente, que após ouvido o competente Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, reiterando o pedido de urgentes providências para a construção da Unidade Sanitária de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Como já expusemos em outras oportunidades tomamos a afirmar que o jovem Município de Altamira do Paraná, por ser recém-instalado, ainda é carente de muitos serviços públicos, mormente daqueles que vem mais de encontro com a necessidade de seu povo.

Ora, se saúde é direito e não privilégio, não vemos razão para que o povo altamirense se veja privado desse direito, uma vez que o mesmo sempre deu e vem dando sua parcela de contribuição ao Paraná.

Justifica-se ainda mais que o seu povo, concentra-se em grande maioria na zona rural, onde as doenças epidêmicas, principalmente verminoses, são mais frequentes.

E, mesmo porque entendemos que a profilaxia sempre é eficaz quando feita com atenção e na época oportuna. Entendemos também, que a vacinação preventiva, tem exterminado com grande número de doenças principalmente nos infantes. Tudo isso explícito perguntamos: Onde fazer a profilaxia a vacinação e o atendimento de emergência, principalmente o pré e pós-natal, do pessoal carente?

Essa obrigação é do Estado. Pois sua Lei Maior deixa claro esta assertiva no seu Art. 129, itens III e VI do Título III. E para isto dispõe do seu meio para execução do seu dever, a UNIDADE SANITÁRIA.

Justifica-se, portanto, plenamente o nosso pedido, e ainda mais que, a extensão do Posto de Saúde de Palmital, ali instalado, que pode ser que conste nos Registros Oficiais, encontra-se com suas portas cerradas, por motivos que devem ser do conhecimento do Distrito Sanitário competente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um posto do Instituto Médico Legal, no Município de Jacarezinho.

A medida, se atendida, irá beneficiar toda uma região e uma série de municípios, que tem aquela cidade do Norte Pioneiro o seu pólo e referencial político e econômico.

Por outro lado, vai de encontro a um necessário e indispensável processo de descentralização dos serviços que visam garantir a segurança da população.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa do Editorial DIRETAS EM SANTOS, publicado na "Folha de São Paulo" em 5 de junho de 1984, com envio de VOTO DE CONGRATULAÇÃO ao jornalista Boris Casoy, daquele diário paulista.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Decorridos quinze anos desde a cassação do direito popular de eleição do Prefeito na cidade portuária de Santos, o 3 de junho significou, justamente, o desmascaramento da espúria Lei de Segurança Nacional e de sua doutrina.

Significa, ademais, um alento a todos quantos, nas diferentes áreas do País, lutam pelo restabelecimento pleno da cidadania, da democracia e das liberdades. Nas Capitais dos Estados e Território, nas Estâncias Hidrominerais e nos Municípios de Áreas de Segurança Nacional renasce a esperança de que nem tudo ficará como está. É sobretudo, um chamamento para a continuidade da luta por direta já e em todos níveis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 128/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Os valores das multas arrecadadas pelo Estado, em decorrência de infrações de Trânsito, após a data de vigência desta lei, reverterão aos municípios em cuja circunscrição foram lançadas e se constituirão em fundo destinado à aplicação em obras de conservação da rede viária.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

De há muito reclamam os municípios brasileiros da evasão de recursos financeiros originados de impostos, taxas ou

multas cujo fato gerador ocorreu dentro de suas fronteiras e que são carreados para outras regiões do Estado e, às vezes, do País.

Nestas condições, queremos crer que a iniciativa que ora tomamos, uma vez que venha a contar com o indispensável apoio dos nobres Senhores Deputados e com a indispensável sanção de Sua Excelência o Governador do Estado, virá transformar o Estado do Paraná no pioneiro entre as unidades da federação numa nova política de valorização da célula básica da organização política brasileira, que é o município.

PROJETO DE LEI Nº 129/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Distrito Administrativo de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal, com sede na localidade do mesmo nome, e as seguintes divisas: - "partindo da estação 0 (zero) - PP (ponto de partida) que se localiza na foz da água do Veado, quando este desemboca no Rio Laranjinha; segue daí pela estrada municipal até encontrar a PR-136, onde se encontra a Igreja da Fazenda Elvira (estação n.º 1), segue então pela PR-136 no sentido de Ribeirão do Pinhal, Ibaiti até encontrar a primeira estrada municipal (estação n.º 2), segue por estrada de Jundiá do Sul (estação n.º 3), daí segue por esta linha seca até a linha seca que divide Ribeirão do Pinhal de Ibaiti (estação n.º 4), seguindo por esta mesma linha seca até o Rio Laranjinha (estação n.º 5), daí, descendo o Rio Laranjinha até encontrar a estação 0 (zero) - PP (ponto de partida).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Triolândia, no Município de Ribeirão do Pinhal vem apresentando um desenvolvimento sócio-econômico dos mais destacados nestes últimos anos.

O crescimento populacional, vem como dos demais setores daquela localidade, estão a exigir a sua elevação à categoria de Distrito, a fim de que esse desenvolvimento não venha a sofrer solução de continuidade.

Conforme a Mensagem 01/83 do Senhor Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, na qual propõe a criação à Câmara Municipal, os motivos para a elevação à categoria de Distrito de Triolândia comporta a presente proposição que estamos submetendo à consideração dos nobres Pares desta Casa.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos previstos no art. 9º da Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL

MENSAGEM Nº 01/83.

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, a nossa proposição que objetiva a criação do Distrito Administrativo de Triolândia.

Vossas Excelências bem sabem que é uma aspiração bem antiga do povo daquele bairro, especialmente porque todos os proprietários ali residentes e que possuem suas casas não possuem documentos de suas propriedades, por tratar-se de terreno rural, tornando-se impossível a divisão física-territorial da área e, uma vez aprovada a nossa proposição, criando-se o Distrito de Triolândia, é possível documentar a todos.

Por outro lado, uma vez legalizado a criação do Distrito, o Município irá lançar o imposto predial e territorial urbano, o que possibilitará a realização de obras e serviços em benefício da comunidade do próprio Distrito, e que será um instrumento de ação para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o bair-

ro de Triolândia possui estrutura básica suficiente, lá temos instalados e funcionando o serviços de água encanada; energia elétrica; posto de serviços telefônicos e outros melhoramentos, além de contar com mais de cinquenta (50) casas, possui uma população superior a um mil (1000) habitantes.

Estamos certos, portanto, que os Senhores Vereadores saberão avaliar a importância de nossa proposição, e por certo aprovarão a criação do Distrito Administrativo de Triolândia.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevada estima.

Ribeirão do Pinhal, 26 de fevereiro de 1984.

(a) ADEMAR GONÇALVES CORRÊA

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 130/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinta do Sol", com sede e foro no Município de Quinta do Sol.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinta do Sol, é uma entidade que, dentro das finalidades estatutárias, vem prestando relevantes serviços aos seus filiados e familiares, não só no campo de atendimento profissional, como também no social e cultural.

O detalhado relatório das suas atividades comprovam seu efetivo trabalho em prol da comunidade de Quinta do Sol, que o faz merecedor do reconhecimento público estadual.

A documentação que anexamos à preposição, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previsto na legislação estadual pertinente à matéria.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do pequeno expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A escalada dos meios de comunicação, para o posto de maiores formadores dos costumes e da cultura está, segundo a opinião de muitos, trazendo alguns problemas à nossa cultura. Não é com sentimento saudosista, ou com sentimentos fanatizantes presos à tradição, que estou lembrando deste fato, já conhecido por todos, mas porque temo a reação da destruição dos valores de nossa civilização.

Disse alguém que "nossa mente é terreno onde muitas vezes viceja mais erva ruim que nasce espontânea, do que a boa plantada, que precisa ser cultivada". Se a boa planta vem sendo arrancada sistematicamente através da importação de costumes alienígenas, que podemos esperar de nosso povo, e dos nossos filhos? Olhem com muita violência, corrupção, sensualidade, fome e crises sociais, política, religiosas e econômicas.

E isto me fez lembrar as palavras de um indigenista: "Tira o índio de sua taba, de sua caça, ele se tornará um ébrio. Porque não lhe restará mais nada". Isto vi acontecer com os meus próprios olhos, ao visitar alguns índios que vivem no Maranhão, às margens do Rio Tocantins. Sem aldeia, levados

pelo impacto da civilização européia e pela aculturação das missões religiosas, ele perderam sua estrutura social e política.

Perderam também os laços familiares, suas festas, suas danças e a maneira de lutar pela subsistência. Resta agora, para eles, a mendicância, a venda de relíquias e, em sua maioria, são alcóolatrás.

A formação de nossa cultura processa-se lentamente como as estratificações geológicas.

Não podemos dar-nos o luxo de destruí-la pela simples volúpia de copiar os outros. É por isso que devemos dar um valor muito maior ao que estamos dando, à preservação do folclore da nossa terra.

Segundo o que foi estabelecido pela Lei Federal nº 5692/71, Artigo 4.º, parágrafo 1.º, inciso III, estabelece a necessidade do ensino do folclore nas escolas. No entanto, deixa a liberdade às mesmas para definir o plano circular. O que elas fazem geralmente é incluir na área de estudos sociais. Por isso não há preparo devido dos professores, que cuidam da matéria, sem a preocupação de um maior entendimento e conhecimento, deixando mergem para que as crianças associem folclore com brinquedos, ou festas místicas e religiosas.

Folclore é muito mais do que isso, é o fundamento da estrutura social de um povo, que se reflete em música, festas, artes, folguedos. Folclore é o conjunto cultural que estabelece os costumes de um povo, mantém firme a estrutura familiar e a moral, pois se baseia na crença religiosa.

Foi com esse pensamento que a associação tradicionalística "Gralha Azul" desenvolveu os cursos de treinamento para professores, a serem ministrados onde forem necessários. Esse curso, com duração de 30 horas-aula, tem como finalidade o aproveitamento da cultura espontânea, (no caso folclore) na educação e como aprimoramento cultural.

Dado o alto do curso, além da possibilidade de preencher a lacuna educacional, hoje existente, encaminharemos pedido à Secretaria de Educação, para que ele seja reconhecido e patrocinado. Também levaremos material para discussão às Comissões de Educação, Cultura e Esportes, com a finalidade de que esta Casa adote também as medidas ideais sobre o assunto.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos propondo um requerimento nesta Casa, endereçado ao Presidente da República, aos Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, apelando para que não hesitem em aliviar a Nação através da moratória-já, do insuportável sacrifício humano a que está sendo condenado a nível de suas maiorias, imolada que está sendo progressivamente em nome do imperativo de honrar os compromissos assumidos junto às instituições financeiras internacionais que vêm sugando as nossas veias com juros extorsivos na disparada marcha da agiotagem contra nós decretada.

Na realidade, assumir a bandeira da moratória-já é tentar inserir respiração a nossa gente; a agiotagem internacional está nos minando progressivamente até mesmo em nome do direito mais elementar: o da sobrevivência.

Já não dispomos de reservas para pagar os juros de nossa dívida externa e decidir-se a não pagá-la por algum tempo, curvando-se no amanhã apenas para os números dos montantes primitivos desembaraçado da agiotagem, não seria de forma alguma enveredar pelos rumos do calote internacional, mas apenas optar pela articulação da resistência determinada pela

alternativa juridicamente reconhecida como estado de necessidade.

Olhamos ao redor países bem menores do que o nosso - a exemplo da Bolívia e do Equador - já se anteciparam a nível de América Latina e perfilaram-se aos olhos do mundo em termos de moratória. Mas do que nunca é hora de decisões arrojadas para salvar um povo em marcha veloz, para os sacrifícios externos, e entre elas, a opção articulada em nome da legítima defesa da nacionalidade: moratória-já.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sentindo igualmente a falência da centralização federal no que tange à política econômica e à administração do que diz respeito em termos de Brasil, é que nós fazemos absoluta questão de incluir e externar nossa posição totalmente contrária à pretensão de se federalizar o Porto de Paranaguá. Mais do que nunca deve falar mais alto o "paranismo". Se existem irregularidades, de acordo com denúncias formuladas pelo Deputado Nestor Baptista, que sejamos nós parlamentares, do PMDB e do PDS, suficientemente coerentes para exigir a punição dos culpados. Entretanto, peço vênica ao Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, para que, em nome do paranismo, em nome da defesa do interesse do que é nosso, em nome do fortalecimento dos estados e municípios que nós neste Parlamento os porta-vozes de um processo de federalização, de uma estrutura que provou os bons resultados, que é genuinamente paranaense e que vem de encontro a uma tese, a um anseio pelo qual o Brasil todo clama. Mais do que nunca, urge o fortalecimento dos estados e municípios, porque se estamos na trajetória do caos econômico, em nome do centralismo, em nome da federalização que, ao invés de saída, passou a ser um marasmo terrível e insuportável para os estados e municípios. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê)

"No final da semana passada, denunciemos ao povo do Paraná a entrada, sob a direção da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Paraná, de 4 mil ações trabalhistas, na 1.ª e 2.ª Varas Cíveis da Comarca de Foz do Iguaçu, contra o Consórcio de construtoras da Usina Hidroelétrica ITAIPU BINACIONAL.

Os trabalhadores reclamantes exigem justiça, Senhores Deputados, o pagamento de indenização referentes a diferenças de horas-extras e outros adicionais. As empresas que integram a UNICON não promoveram, em tempo algum, a integração de horas-extras no cálculo dos repousos semanais remunerados, bem como não promovem cômputo destas horas no 13.º salário, férias e aviso-prévio. Os funcionários prestaram à UNICON acima de 150 horas extraordinárias por mês, que foram sendo subtraídas e em fevereiro de 1983 foram completamente suprimidas.

Não fossem outros efeitos deletérios da construção de ITAIPU, exaustivamente tratados nesta Casa pelos homens e mulheres da oposição, só este lastro de agressão aos direitos elementares dos trabalhadores já bastaria para condená-la. Em consequência, a organização sindical dos trabalhadores tem de lutar pelo pagamento de adicional noturno, correção de diferenças nos valores de avisos prévios e de férias em dobro e diferença do Fundo de Garantia. Triste sina esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a do movimento popular-operário terceiro-mundista: lutar para manter-se no Século XX!

Mas a situação evoluiu. Não bastasse o poderoso aparato de assessoria jurídica das empresas e de ITAIPU, o baixo

nível de organização da classe operária, e ainda vem o Superintendente da ITAIPU BINACIONAL, Dr. Rubens Viana, coagir, chantagear e demitir funcionários que moveram ações trabalhistas contra as agressões da UNICON!

Munido de papéis timbrados do FORUM, o Dr. João Antônio Cezimbra, Assessor Jurídico da empresa ITAMON, a mando do Superintendente da ITAIPU, colocou a diversos trabalhadores reclamantes a opção entre a desistência do processo que movem e a demissão sumária do emprego que hoje exercem. Este processo de intimidação instrui, isto é grave, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a formação de uma LISTA NEGRA, que se diz circulará entre as demais empresas, de modo que os reclamantes sejam marcados e tenham as portas de emprego fechadas, por serem rebeldes e insatisfeitos.

Cometem as autoridades federais uma ilegalidade. Praticam o arbítrio, passível, portanto, de imputação de crime civil e penal, pois ofendem, inclusive, direitos constitucionais do trabalhador.

Processada a denúncia, que reputamos grave e odienta, julgamos procedente a preocupação dos trabalhadores, tanto mais que se considera que a primeira audiência, envolvendo 600 reclamações, foi marcada para o dia 21 de novembro deste ano, e a segunda para o início de 1985. O que não ocorrerá até lá, Senhor Presidente, se não adotarmos providências energéticas na órbita política e parlamentar?

Convocamos todos os Parlamentares a pronunciarem-se sobre o problema, ao mesmo tempo em que deverei interceder junto à Justiça iguaçuense para que cessem as ameaças e sejam assegurados os direitos da classe operária do Paraná."

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos recebido diversas cartas e temos uma aqui que ilustra bem a situação do trabalhador em Itaipu Binacional. A do Senhor José Belo dos Santos, que perdendo um olho no trabalho foi demitido sem os direitos de indenização e hoje perambula por este Estado do Paraná, recorrendo inclusive ao Senhor Governador do Estado para que interceda junto à Justiça para que este cidadão receba o que lhe é de direito o que lhe é de justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar de comparecer à tribuna hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para congratular-me e, por certo expressando todo o pensamento desta Casa, com o povo da cidade de Santos, que tendo reconquistado a sua cidade política, compareceu às urnas, no último domingo, numa festa cívica, que está sendo ansiada por muitos outros municípios do Paraná e do Brasil, como são os municípios das capitais dos Estados; dos municípios considerados áreas de segurança nacional e os municípios estâncias hidrominerais, que ainda não tiveram restabelecida a possibilidade de eleger os seus respectivos prefeitos. E como Santos reconquistou esse direito, não podemos nós, nesta Casa, nesta oportunidade, deixar de singelamente fazer este registro, esta satisfação, esta alegria, por que o povo de Santos, comparecendo às urnas neste último domingo, deu uma demonstração de elevado civismo; demonstrando que todo o povo brasileiro está inclusive suficientemente preparado para cumprir o seu dever cívico de escolher o seu Presidente da República, em eleições diretas. O exemplo de Santos é extremamente significativo. Mas, além de fazer este registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é bom que nós informemos ao povo do Paraná, através dos Anais desta Casa, que nas eleições de domingo, o

PMDB, o Partido que está no Governo do Estado e que tem sido acusado de fazer um mau governo e, portanto, de estar distanciando-se cada vez mais da opinião pública o contrário; porque o PMDB de Santos, através dos seus três candidatos, conquistou 63,55% dos votos dos votantes; incluídos aí, os votos em branco e os votos nulos.

O seu candidato, ao final eleito, o Senhor Osvaldo Justo, fez 78.413 votos e os demais candidatos, Rubens Laram com 54.049 e Eduardo Castilho com 9.351.

O PT, Senhor Presidente, Senhores Deputados, atingiu 21,28%. Os votos em branco, atingiram o percentual de 4,78. O PDT atingiu 4,18. Os votos nulos, atingiram 3,02; e só por último, depois dos votos em branco e dos votos nulos, é que vem o PDS, com apenas 2,98% dos votos válidos. E o seu candidato mais votado teve 4.725 votos, que corresponde a aproximadamente apenas 6% dos votos do candidato mais votado do PMDB. E enquanto este candidato mais votado, teve 78.413 votos, com 35,24% dos votos, o candidato mais votado do PDS fez apenas 4.725 votos, o que corresponde a 2,12% dos votos.

Fica o registro, Senhor Presidente, e a afirmação do anseio pelas eleições diretas em todos os municípios e inclusive para o Presidência da República.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comemora-se hoje mundialmente o Dia do Ambiente. Preocupação permanente e cada vez mais crescendo esta preocupação de defendermos a natureza e preservarmos e reconquistarmos o que nós perdemos da beleza natural.

O ano de 1983, nesta Assembléia Legislativa, mais precisamente, na Comissão de Ecologia e Defesa do Meio Ambiente, reunimos as entidades preservacionistas do Paraná para discutirmos a situação da devastação existente hoje no grande Estado em que vivemos.

Chegamos ao final à conclusão da necessidade da criação de um Conselho Estadual de Defesa do Ambiente.

Criação deste conselho com a finalidade primordial de assegurarmos aos nossos pósteros uma vida ainda possível de ser vivida. Porque, para o Paraná vieram duas categorias de pessoas.

Veio o trabalhador; veio o homem do campo; veio o professor, o intelectual para construir a força e a fortaleza e a grandeza deste Estado.

Mas, para cá também vieram os exploradores, os gananciosos... os ladrões e devastaram o Paraná, roubaram o Paraná e depredaram e mataram as suas belezas.

Porque, pensava eu outro dia, Deus quando fez a terra de repente olhou para o Paraná e criou a gralha, para que a gralha construísse a beleza de árvores e de frutos que este Paraná teve e engalhardava de beleza o Paraná e o Brasil.

Mas, o ganancioso, o explorador, o picareta, o ladrão, o assassino e o irresponsável que ao lado do trabalhador, do homem sério e honesto, que veio para construir um Estado poderoso, forte e belo, veio esta desgraça para fazer o que fizeram com o nosso Estado, um Estado hoje erosivo, um Estado hoje sem cobertura florestal; um Estado hoje que sofre as mazelas da picaretagem econômica.

Este conselho que hoje tenho o prazer de apresentar e ler desta tribuna o projeto de lei.

Este projeto de lei foi tirado da somatória das opiniões populares quando as entidades ecológicas de nosso Estado

convidadas a participar das reuniões da Comissão de Ecologia e Defesa do Meio Ambiente deste Poder, aqui compareceram e conosco trabalharam, para despertar a consciência ecológica em todo o povo do nosso Estado.

Ao final de quase um ano de discussões, o resultado é este projeto de lei, que tenho o prazer de ler, para depois a discussão, de acordo com o Regimento da Casa. (Lê):

PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, e dá outras providências.

Art. 1.º — Fica instituído o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, com as seguintes atribuições:

I — participar da formulação da política estadual do Meio Ambiente com caráter global e integrado e de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da administração direta e indireta do Estado, a prevenção e controle da poluição, combate às diversas formas de erosão, o uso e a gestão racionais do solo e dos recursos naturais, bem como sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica;

II — incentivar a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais e de recreio;

III — participar da elaboração, junto aos poderes públicos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente;

IV — incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades tendentes à defesa e preservação do ambiente e fomentar a criação de associações de conservação da natureza;

V — assegurar pelos meios de comunicação e outros um clima favorável à defesa do ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

VI — desenvolver, pelos meios necessários, uma ação educacional que sensibilize a sociedade quanto ao dever de defesa e preservação do ambiente;

VII — apoiar o estudo da História Natural do nosso território como instrumentação de seu próprio trabalho;

VIII — ser informado pelo Governo sobre o andamento dos principais assuntos, planos e projetos de interesse do meio ambiente.

Art. 2.º — O Conselho de Defesa do Ambiente será composto pelos seguintes membros:

- a) Secretaria da Agricultura;
- b) Secretaria da Educação;
- c) Secretaria do Interior;
- d) Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social;
- e) Secretaria da Justiça;
- f) Procurador Geral do Estado;
- g) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa;
- h) Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa;
- i) Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa;
- j) Sete representantes de associações conservacionistas;
- l) Cinco representantes de instituições universitárias.

Parágrafo único — O Conselho será presidido pelo Governador.

Art. 3.º — Os membros do Conselho de Defesa do Ambiente, representantes das associações e das instituições universitárias, serão designados por indicação das respectivas entidades, com mandato de dois anos.

Art. 4.º — O Conselho de Defesa do Ambiente, reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos cinco vezes por ano. Extraordinariamente o Conselho reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 5.º — O Conselho de Defesa do Ambiente, terá como

apoio administrativo uma Secretaria Executiva, a qual será por ele definida dentre os órgãos públicos ligados a área de sua incumbência.

Art. 6.º — O Conselho de Defesa do Ambiente poderá convocar, para orientação e assessoramento de assuntos específicos, os técnicos e cientistas existentes no Estado, que funcionarão como colaboradores.

Art. 7.º — Compete ao Conselho de Defesa do Ambiente elaborar o seu regimento interno, bem como a regulamentação da presente lei.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Na justificativa nós fizemos questão de arrolar opinião de alguns participantes das reuniões do Conselho. Dizia, numa das reuniões, o Dr. Langue: este Conselho terá um caráter deliberativo e um caráter fiscalizador de forma que todos os órgãos da administração pública se enquadrem na política estadual.

E arrolamos também a recomendação do congresso pró-implantação do Parque Marumbi, quando recomendava ou solicitava à Comissão de Ecologia, dizia: o Conselho deverá responder pela elaboração da política estadual do meio-ambiente e pela coordenação da implantação dessa política dentro da administração pública direta ou indireta com a participação popular das associações conservacionistas, preservacionistas, ou ecológicas como forma de assegurar a compatibilização da ação do Estado com a vontade popular.

Mais uma outra colocação feita por uma participante, membro do Governo do Estado, Diretor Presidente da SUREHMA, Dr. Cícero Bley: este conselho vai ter que ouvir exatamente todos os setores, só que, reserva para si o direito de deliberação, aonde estará representado o Estado e o Povo, excluindo — e isto é importante, excluindo dele todos os usuários do meio-ambiente.

O quadro de devastação ambiental existente no Paraná, a inexistência de uma consciência respeitosa à natureza, a irresistível ganância de muitos, os intoxicadores impunes, a perda da vida de 67 pessoas, 3.514 intoxicados, somente esses fatores justificariam a criação do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente.

A morte parece que só é dramática quando ocorre em bloco; no Paraná os agrotóxicos mataram 67 pessoas, e intoxicaram 3.514 outras pessoas; o Paraná, hoje, tem cerca de setenta por cento do seu território a descoberto, cento oitenta mil quilômetros devastados por todo tipo de exploração e de pica-retagem. E quando, em assembleia, com a participação comunitária ficou decidida a exclusão de todos os usuários econômicos das riquezas naturais do nosso Estado; eles poderão participar dos debates, mas a decisão será do povo e do Governo para que nós possamos repor as belezas da nossa terra e para que nós possamos impedir mais crimes e possamos, digo, que possamos querer praticar sob a capa ou sob a pecha de interesses econômicos.

Sabemos que vivemos num mundo capitalista, sabemos que vivemos num mundo em que o dinheiro compra, mas sabemos também que o que soa melhor aos nossos ouvidos é o cântico dos pássaros e não o tilintar das moedas da traição, que passaram à imortalidade porque venderam o Homem mais Sagrado que a terra conheceu.

E seria bom lembrar, neste momento, um poema de um nordestino, que escreveu apenas um livro, Augusto dos Anjos, quando ele dizia: "As árvores, meu filho, não têm alma. E é preciso cortá-las, para que eu tenha uma velhice calma". E o filho respondia: — meu pai, por que a sua ira não se acalma? Não vê que em tudo existe o mesmo brilho? Deus pôs alma nos cedros e nós junquinhos, e esta árvore, meu pai, possui minha alma. Disse e ajoelhou-se numa rogativa: "Não mate a árvore,

meu pai, para que eu viva. E quando a árvore olhando a Pátria serra, caiu aos golpes do machado bronco, o moço triste, se abraçou com o tronco, e nunca mais se levantou da Terra."

É bom que saibamos, que a morte da árvore, é a nossa própria exterminação.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu não gostaria de perder essa oportunidade, de cumprimentar Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Ecologia desta Casa, que tão bem tem conciliado os que realmente defendem o meio ambiente, os que realmente pretendem fazer da defesa do meio ambiente, da ecologia, a defesa do bem estar comum.

E faz Vossa Excelência sempre nas suas atuações, nesse trabalho, a separação de vida daquele que apenas faz a poesia, a poesia do meio ambiente, e daqueles que, realmente, pretendem...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa solicita que o 4.º Secretário tome assento, já que está faltando um Senhor Deputado para compôr a Mesa.

Está com a palavra o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Muito obrigado.

Mas, dizia que o meio ambiente hoje tem sido bandeira de muitas poesias. Não ironizando a poesia que tão bem Vossa Excelência lembrou, oportuna para o nosso dia de hoje. Mas, nós que militamos entre os poetas, e os destruidores do meio ambiente, que nós lutamos, eu, particularmente luto, na linha de centro, e acredito que Vossa Excelência, eu considero também, um homem sem tendências, um homem que carrega no seu cargo, no seu trabalho, a sua responsabilidade, sem tendências, sem imposição, e sem vínculos demagógicos.

E o grande perigo, justamente, são as demagogias baratas, que nós encontramos muitas vezes em defesa do meio ambiente. Políticos e não políticos, usam e abusam do tema ecologia, para se promover, para aparecer. E estes poetas da ecologia têm cobrado de Deputados nesta Casa, pronunciamentos em defesa da ecologia. Mas, na realidade, esta Casa está com o seu dever cumprido, porque toda a legislação em torno do assunto já foi apreciada, já foi votada por esta Casa.

E Vossa Excelência, meu nobre Deputado, eu não quero roubar o seu precioso tempo da tribuna, mas não poderia deixar de dizer, Vossa Excelência tem conduzido os destinos da Presidência da Comissão da Ecologia, dentro dos preceitos, prefaciando grandes páginas que haverão de ser escritas no mister parlamentar, em defesa da ecologia no nosso Estado, como membro dessa comissão, e que tenho tentado acompanhar de perto o seu trabalho, quero que o povo e os companheiros desta Casa saibam que Vossa Excelência, realmente, nesse espaço de tempo que tem dedicado à ecologia, tem feito com brilhantismo singular, que nem mesmo nós esperávamos que Vossa Excelência tivesse condições que realmente tem, e que eu desconhecia, para tão bem representar essa Casa, quando defende o tema da ecologia, como um defensor dos bons trabalhos que desempenha nessa Casa de Leis. Parabéns, nobre Deputado, e muito obrigado pelo aparte.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço a sensibilidade o aparte do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, e procurando exercer o nosso mandato, e ocupando o ano passado, a função de Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e por ter esta alma de poeta e de cantor, sem ter voz para cantar, mas decanto as belezas da minha pátria e as belezas da minha terra do Paraná.

Não gostaria, como não desejo sob nenhum pretexto ou

hipótese, ver o Paraná devastado, destruído, explorado até indevidamente, como é o caso de uma beleza irreparável, que todos nós lamentamos e lamentaremos pelos séculos afora, tenho certeza disto, é a perda de podermos conviver com a beleza de Sete Quedas, a troco de uma usina que até agora não nos disse absolutamente nada. Deus criou Sete Quedas ao longo dos séculos, o homem destruiu por interesses de alguns tempos.

Ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, a Comissão de Ecologia, como as demais comissões desta Casa, deveriam se debruçar em cima dos problemas que são muitos, vividos por todos nós no nosso Estado; porque não é só no campo da ecologia, é no campo também da agricultura, da segurança pública, da saúde, que nós encontramos uma série enorme de problemas que precisariam ser debatidos por nós, estudados e aprofundados para apresentarmos ao Paraná as soluções sérias que o povo espera de todos nós.

Dizia eu outro dia ao Líder da Bancada do PDS, que talvez nós deveríamos romper um pouco com essa tradição romana dos discursos mirabolantes, das palavras retumbantes, e trabalharmos mais seriamente nas comissões técnicas, porque o Paraná tem força e pujança para se projetar perante esta Nação como maior Estado, inclusive da Federação, através da competência dos seus homens, da cultura de seu povo, e do trabalho dos seus representantes.

Na hora em que nós, realmente, assumirmos uma postura de trabalho, de responsabilidade, de dignidade, nós haveremos, com a nossa honradez, com a nossa vontade, e com os nossos sonhos, porque é preciso sonhar, e sonhar é grande, para podermos realmente sermos maior. Não para ser um escravocrata do pequeno, não para sobrepujarmos-nos aos menores, mas para darmos um exemplo de grandeza, de fortaleza, e de inteligência ao Brasil inteiro, e até mesmo para a América Latina; este continente devastado por todas as ditaduras que se aproveitaram e se completaram num massacre permanente da classe trabalhadora e dos intelectuais que sonham construir um mundo de paz e de belezas, e são impedidos pela força do arbítrio.

O Sr. Odeni Mongruel - (Aparte) - Quero, inicialmente, parabenizar-me com Vossa Excelência pelo discurso oportuno, histórico que neste momento Vossa Excelência coloca nesta tribuna. Mas valeria apenas lembrar aqui, Deputado, a propósito do aparte do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, acompanhava o desenvolvimento de suas idéias, bem a propósito de seu discurso, e me permitir nesta conversação que se faz aqui, a respeito de tão importante tema, dizendo que este corte que se faz na ecologia, no sentido ecológico da preservação do meio-ambiente, no aspecto histórico e cultural, valeria a pena, então, que marcássemos bem esse aspecto, como por exemplo, o sentido da defesa ecológica levada a efeito até o final do século passado, e princípio deste século, onde nós verificávamos que apenas as classes mais favorecidas - eu diria as elites - é que estavam identificadas com a preservação da natureza, nem tanto pelas implicações que poderia trazer o equilíbrio físico, geográfico e biológico, mas, muito mais pelos aspectos poéticos que foram aqui apontados; o aspecto da manutenção do visual em que o bucólico, o campesino, eram realmente os pontos fundamentais que sensibilizavam as elites daquela época.

Hoje, não.

Hoje nós vemos o envolvimento da própria classe média, sentindo as agruras do desequilíbrio ecológico, os problemas e as consequências, e para isto a sociedade industrial colaborou e muito. Eu diria que como produto dessa sociedade industrial, as grandes concentrações urbanas, onde o homem passou a ser empilhado em espigões, no centro das grandes metrópoles, essa classe média confinada em apartamentos, sentiu a necessidade de retorno, de contato mais direto com a

natureza. E aí sim, as manifestações deixaram de ser no campo poético e passaram, efetivamente, a ter um profundo significado, social, econômico e político.

E Vossa Excelência, desta tribuna, tão bem discorre sobre o tema de hoje, em todos esses campos; e isso, realmente nos excitou a participar deste encontro, lembrando que é preciso, agora mais do que nunca, ter-se consciência, de que não é mais possível admitir-se o processo de devastação de matas, de comprometimento da fauna, de poluição dos espaços vitais, onde convivem seres humanos, para que nós possamos, fazendo prevalecer essa complexidade da criatura humana, não somos apenas o "homo" econômico que precisam alcançar o equilíbrio e, para tanto, o "habitat" do homem deve ser preservado.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, pela oportunidade feliz de trazer a esta Casa, matéria de tão grande realce e de tamanha importância.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço o aparte do Ilustre Deputado Odeni Mongruel e menciono exatamente a necessidade da criação do Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, é para realmente todos os aspectos da vida da comunidade paranaense serem analisados, serem estudados e serem respeitados, porque a legislação aí está, como disse o Deputado Quielse Crisóstomo, mas existem os desrespeitadores da legislação.

Por isso é que é preciso, todos nós, povo e Governo, unidos, trabalharmos para que se respeite a legislação, porque respeitando a legislação existente que defende e protege o meio ambiente, nós estaremos protegendo e defendendo a nós mesmos, os nossos filhos e os nossos netos amanhã ou depois. Concedo o aparte ao nobre Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Queria, nobre Deputado, parabenizar-me com o vosso trabalho à frente da Comissão de Ecologia no ano de 83, onde demonstrou, com a vossa atuação, ter sido um dos mais brilhantes presidentes de Comissão Técnica da Assembléia, e quem sabe, um dos mais brilhantes presidentes que passaram por aquela Comissão, que pude acompanhar a movimentação que houve durante todo o ano de 83, nas reuniões promovidas pela Comissão sob vossa Presidência.

Quero dizer também, nobre Deputado, que apresentei propostas concretas para nós reconstituirmos o meio ambiente, para preservarmos o estado da progressiva erosão. Mas, o que eu vejo é que fica difícil para o Estado numa estrutura administrativa existente durante tantos anos, compatibilizar os diversos órgãos que deveriam estar voltados para o controle da erosão, para a preservação do meio ambiente, para que de uma maneira prática possam atuar.

Assim é que, veja um exemplo, Deputado, ao DER faltam máquinas. À Cafe do Paraná faltam máquinas. A Cafe do Paraná, com suas máquinas, poderá atuar no combate e controle à erosão através de microbacias, só após colhida a safra e o DER precisa de suas máquinas, antes da safra ser colhida para poder ela ser escoada, mas não há forma prática de compatibilizar o maquinário da Cafe do Paraná com o DER, quando a vontade política poderia isso. É importante que a Cafe do Paraná auxiliasse o DER e o DER auxiliasse a Cafe do Paraná na entressafra, pulando da estrada para cima da propriedade rural.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)

(Faz soar os tímpanos).

A Mesa concede mais um minuto ao orador que se encontra na tribuna, ou solicita à Liderança do PMDB, se concede o espaço que lhe é reservado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - A Liderança concede 10 minutos

do horário ou tempo que o Deputado que se encontra na tribuna, desejar.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Continua com a palavra o Senhor Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Continua com o aparte o Senhor Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Mas, nobre Deputado Alencar Furtado, veja que enquanto a Cafe do Paraná quer se reequipar, o DER também quer se reequipar. Ora, a Cafe do Paraná não pode fazer curva de níveis quando soja, trigo ou milho está plantado, e porque não, enquanto está plantando, não faz manutenção de estrada para, quando da colheita, poder escoar a safra, e o DER não precisa conservar as estradas depois da safra colhida, porque já não há mais nada a escoar por essas estradas de terra, que o DER dá manutenção e porque então as máquinas da Cafe do Paraná, enquanto o soja está plantado, não ajudam o DER a conservar a estrada, e o DER não coloca as suas máquinas juntamente com as da Cafe do Paraná para cima da propriedade, não da propriedade particular, mas da propriedade, do bem do Estado, que é a terra paranaense, para que, através de sistemas de microbacias, poderemos controlar, frear a erosão.

Isso seria uma medida administrativa com a vontade política de integrar os diversos órgãos, mas a verdade crua, nua e que dói a nós paranaenses, é que há, no mínimo, uns 11 órgãos dispersos pelas diversas Secretarias do Governo do Estado, que na hora da ação concreta, apesar de toda a discussão estadual do problema do meio ambiente, na hora da ação concreta não se entendem. E a verdade é que o tempo passa, a terra vai se erodindo cada vez mais e de resultado prático, nos municípios onde as cooperativas de produção se integraram no combate e controle à erosão, nós estamos vendo os progressos nessa área.

Esse Governo, se tem por um lado o mérito de ter levantado a discussão do controle da erosão, por outro lado, ainda peca na parte prática, no combate eficaz, realmente, à erosão que está acabando com a até então rica terra roxa, que fazia a riqueza do nosso Estado do Paraná.

Parabéns, nobre Deputado, pela sua atuação à frente da Comissão de Ecologia e por vosso pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço o aparte e incluiria os três apartes no texto do meu pronunciamento.

Espero, ilustre Deputado Mário Pereira, que, com a criação do Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, nós tenhamos um órgão permanente de fiscalização, de colaboração e de deliberação, presidido pelo Governador do Estado do Paraná, para realmente, dirimir as dúvidas e apontar as soluções que o problema ambiental do Paraná está a exigir.

O problema ecológico do Paraná é também um problema ecológico do Brasil. A devastação campeia em todos os sentidos, até mesmo endividando a Nação brasileira, com a construção das Angra 1 e 2, totalmente inúteis para beneficiar, porém, úteis para endividar a Nação brasileira, de uma maneira que levou o Brasil, com as outras aventuras, a inclusive, devastação da Amazônia, a desgraçada, mal calculada e mal projetada construção da estrada da Transamazônica, hoje, absorvida pelas raízes da selva, e não admite a invasão do forasteiro desonesto, que não vai lá para conviver harmoniosamente, mas vai lá para explorar, para se projetar politicamente, como um governo de "grandes iniciativas". Iniciativas grandiosíssimas é verdade, de destruição, de depredação, de endividamento desta Nação, de homens trabalhadores e mal

remunerados, pobres permanentes, lutando permanente e insistentemente para poder manter a cabeça erguida e o estômago com alguma alimentação.

Senhores, nestes últimos vinte anos muita desgraça aconteceu neste País! Muitos governos desmandaram-se e sacrificaram a todos nós. Hoje, graças a Deus, e aos que sofreram e lutaram, esta Nação começa a sentir o sopro da redemocratização, um feixe de novas esperanças que sente nascer na sua alma a criação de novos sonhos, porque todos nós desejamos, como um todo, alijar da administração pública os irresponsáveis, os donos das "verdades definitivas". Porque somente com a somatória das opiniões gerais, de todos nós - intelectuais ou analfabetos ou semi-analfabetizados, com a somatória dos nossos pensamentos, das nossas esperanças, dos nossos sonhos, das nossas raivas e dos nossos amores, nós podemos construir uma nação poderosa. A nação do nosso Hino Nacional.

Somente assim, unidos e em paz e com liberdade, nós podemos também ajudar o nosso continente a se libertar das amarras das ditaduras que matam, que trucidam e assassinam e empobrecem uma região enorme, de uma multidão de jovens comandados por uma pequena minoria de velhos conservadores, que não aceitam as transformações sociais. Não querem aceitar. E o mundo vai para frente e não vai para trás.

É com a somatória da experiência dos velhos - que eu respeito - mas é também, com os arroubos da juventude que nós podemos, vigorosamente, firmemente, construirmos este Brasil; sem ladrões, sem Coroa-Brastel, sem "Delfins Nettos", sem baionetas e sem canhões, mas com o "livrinho".

E dizia o finado Dutra, ex-Presidente da República, "uma Constituição deve ser respeitada porque ela deve ser a Lei Maior."

Este País vive sem Constituição e um povo sem uma lei maior não é um povo, é um amontoado de gente. Nós precisamos de uma Assembleia Nacional Constituinte para repor-mos o Brasil na grande caminhada que nós sonhamos tempos atrás, quando se compôs o Hino Nacional e cantou o Brasil gigante. Hoje, ainda adormecido, porque os interesses escusos, os interesses econômicos e porque não dizer, os interesses dos militares ambiciosos, realmente pretenderam e fizeram este País continuar dormindo senão retroagindo na marcha da história.

A sociedade hoje desperta, como diria Castro Alves: "Para um concerto universal e dos oceanos em tropa - um traz-lhe as artes da Europa e outro as bagas de Ceilão."

Mas nós todos de mãos dadas haveremos de construir uma Nação!

Nós todos juntos, com este sopro maravilhoso e gostoso de liberdade e de democracia, nós haveremos de construir um Brasil, para que amanhã, os nossos filhos, possam olhar no olho da gente e dizer: Muito obrigado meu Pai!

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto à Liderança do PMDB, se usará do espaço que lhe resta.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Fará uso do horário o nobre Deputado Paulo Furiatti. Antes a Mesa registra com satisfação, a presença, neste Plenário, dos alunos da 8ª série do Instituto de Educação do Paraná, acompanhados dos professores Maria Ester Saparolli, Mário José Zancanaro e José Domingos Moreira.

Está com a palavra o Senhor Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste dia 5 se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. A questão do meio ambiente, Senhor Presidente e Senhores

Deputados, está inserida numa questão fundamentalmente política, porque é através da política de dominação imposta às Nações subdesenvolvidas do terceiro mundo, que nós estamos a amargar no dia a dia, problemas dos mais graves em relação à qualidade de vida do povo brasileiro.

O Paraná, hoje, é um Estado que através da política agrícola de rapinagem imposta neste País, não possui matas suficientes para dar qualidade de vida aos seus cidadãos.

O Paraná hoje, através da política industrial que economiza recursos em cima dos nossos recursos naturais renováveis, reduz a vida da população a um verdadeiro inferno. O Paraná hoje conta com rico abastecimento de água, mas gasta enormes quantidades para tornar esta água suportável a população, em função da poluição completa e absoluta que reina em nosso território.

O Paraná hoje, como a exemplo de São Paulo, que possui Cubatão, tem Araucária, município com maior número de casos, neste Estado, de bronquite, em função da poluição ambiental, poluição do ar.

Em 1983, houve três casos de anencefalia, crianças que nascem sem cérebro, a exemplo de Cubatão. Já em 1984, nestes primeiros meses, mais de dois casos. O ar de Araucária é irrespirável. O rio Barigui é completamente morto, porque para o ar de Araucária são despejadas quantidades incalculáveis de resíduos tóxicos. Para o rio Barigui são despejados quantidades enormes de resíduos industriais - PETROBRAS, ULTRAFÉRTIL, COCELPA, CANCELA, indústrias que lá se instalaram e pouparam recursos em cima dos recursos naturais renováveis, e que pouparam recursos e, cima da qualidade de vida do povo da Araucária.

O Paraná, curo solo agrícola diariamente é despejado dos rios, cujo centímetro de solo a natureza leva 400 anos para formar e que nós perdemos dois centímetros por ano.

O que a natureza leva para formar em 400 anos, nós através de uma política agrícola de rapinagem, jogamos nos rios em apenas um ano. O que o Paraná perdeu em dez anos nós precisaremos de oito mil anos para recuperar.

O Paraná, se analisarmos a produtividade agrícola dos últimos dez anos, iremos observar que não tivemos ganho de produtividade, embora a enorme quantidade de tecnologia importada que está sendo colocada neste País.

Para aqueles que defendem esta tecnologia industrial e antinacional, nós respondemos que nos últimos dez anos as culturas de subsistência deste Estado não tiveram sequer o mínimo aumento de produtividade.

No final de 1983, na mesma semana em que a FAO prenunciava um futuro negro para as populações da Ásia e da África, e enquanto o Brasil se afogava na maré política recessiva do FMI, um grupo de dirigentes europeus se reuniu em Bruxelas para discutir um problema singelamente paradoxal: eles não sabiam o que fazer com os seus volumosos excedentes de alimentos; enquanto eles implantam aqui na tecnologia antipátria, eles implantam lá uma tecnologia altamente produtiva. Simplesmente não sabem o que fazer com os seus rios de leite, vinho, óleo de oliva e montanhas de cereais; enquanto os europeus se afogam em comida, as nações que dependem de importações para alimentar as suas populações, além daqueles que dependem simplesmente de donativos - existem mais de duzentos milhões de norte-americanos que consomem três vezes mais energia do que os três bilhões de habitantes do Terceiro Mundo.

Na França, o consumo de carne aumentou cinco vezes desde 1840. Hoje, cada freguês come no mínimo noventa e seis quilos de carne; os nossos cereais são devorados pelos animais do Primeiro Mundo: porcos, galinhas, vacas dos países ricos comem entre um terço e um quarto da produção mundial de cereais.

Não é um segredo que se esconde por trás desse

paradoxo, ele se resume em dependência. As nações pobres do mundo, ao longo desse século, nada tem feito do que servir de exportadoras de matérias-primas, de recursos naturais, por um lado, e compradoras de bugigangas por outro, das empresas e das grandes potências industrializadas.

A lógica da dependência se insere dentro da política que, eliminando com o equilíbrio ecológico das nações subdesenvolvidas como o Brasil, trazem aqui os seus "pacotes" milagrosos, como os "pacotes" de agrotóxicos.

As estratégias de reciclagem da dependência, inscritas aos projetos da comissão Trilateral e dos outros centros de poder mundial, têm destinos absolutamente claros e definidos principalmente para países como o Brasil. A Trilateral, por exemplo, propõe ostensivamente a idéia de assegurar, aos países industrializados, a administração e o controle das matérias-primas procedentes dos países subdesenvolvidos.

Dentro desta estratégia, os países subdesenvolvidos seriam hierarquizados em países subdesenvolvidos mais avançados, de ingresso, média e atrasados. Essa hierarquização é amplamente discutida no "jornal da Comissão - Informe Trilateral", número 35, que tem um objetivo explícito: fragmentar o Terceiro Mundo e impedir o crescimento dos países capazes de se transformar em novas potências.

É claro que aos poderosos pouco importa o reverso da medalha. Segundo a UNICEF, um corte de dois a três por cento na renda "per capita" de um país subdesenvolvido, pode significar um corte de dez a quinze por cento na renda das famílias pobres. E aí é que entra o processo de deterioração dos nossos recursos naturais.

A ninguém é desconhecida que as grandes potências européias aqui introduzem fábricas de papel, jogando a podridão nos nossos rios, e levando a matéria-prima para a formação de papel nos países industrializados. A ninguém não desconhece um velho argumento das "raposas" que ficam a rapinar os nossos recursos naturais, de que uma empresa embora polua, trará empregos para as pequenas cidades. Primeiro, eles geram o desemprego, e depois, trazem atrás de si propostas de rapinagem, conforme temos dito.

Sucateamento da nossa indústria a estratégia de desnacionalização, seguindo projeto da Trilateral e assumir o controle em todas as reservas naturais do terceiro mundo, vai mais longe, o mundo atravessa uma situação crítica, em termos de suprimento de recursos minerais e em duas décadas haverá carência de bens minerais generalizada, portanto a crise de metais é mais grave do que a do petróleo, porque para estes últimos existem sucedâneos, mas do ponto de vista da sociedade moderna, é impossível substituir metais.

Processo semelhante vem ocorrendo em larga escala na agricultura brasileira, com o controle crescente da comercialização e do próprio acesso direto à terra, pelas grandes empresas multinacionais.

O único dos grandes projetos que não recebeu o veto do FMI, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi o projeto "JICA" que na esteira de um grande rol de empresas multinacionais pretende internacionalizar nada menos que 100 milhões de hectares do cerrado brasileiro. A tentativa de quebrar o parque industrial brasileiro e transformar o País num produtor agrícola de alimentos para exportação.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a dominação imposta a este País e cada vez mais dominando, visto as imposições do Fundo Monetário Internacional, se faz refletir na preponderância da tese, de que aos dominados é mais fácil de oprimir, 80% dos municípios deste País não possuem rede de esgotos e o FMI vem e impõe, que entre a política imposta por ele, um dos impedimentos é o financiamento de esgotos e nós temos exemplos neste Estado.

As causas estão na aliança tecnocrática militar com o grande poderio internacional que deste País pretende fazer

o que quer.

As influências destas potências, estão arraigadas em todas as estruturas desta Nação, e o PMDB no Paraná, vem dando mostras de que até onde é possível, tem investido num programa de contenção da erosão dos nossos recursos naturais, seja através da Secretaria de Agricultura que tem uma linha clara e bem absoluta sobre esse problema, com o manejo integrado de pragas, com o manejo de solos, com fiscalização intensiva, seja pela Secretaria do Interior, através da atuação da SUREHMA, seja pela atuação independente desta Casa, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que aprovou por unanimidade uma lei regulando os agrotóxicos usados neste Estado, agrotóxicos que como nunca neste País tem um poder dos mais profundos, um certo Nestor da Bayer, cidadão que dizia que aos agrotóxicos é fundamental para a agricultura brasileira, cidadão brasileiro, Nestor da Bayer, que tem no seu bojo a defesa intransigente dos projetos de denominação da indústria estrangeira, desmentem todos os casos crassos em que estamos submetidos neste Estado.

De janeiro a junho de 1983, treze pessoas morreram no meio rural, neste mesmo período 720 se intoxicaram; e a lei de agrotóxicos do Paraná aprovada por esta Casa que irá em funcionamento nos próximos dias, será um dos instrumentos que a sociedade paranaense terá em mãos, para evitar o genocídio a que estamos submetidos.

O projeto do Deputado Osvaldo Furtado, criando um Conselho Estadual de Meio Ambiente, facilitará que as pessoas tenham acesso ao poder e possam junto ao poder, implantar políticas de meio ambiente, que venham aos nossos interesses. Por que isto? Porque a única arma contrária ao "lobby" que funciona às escuras, é a mobilização e a conscientização popular. Diga-se de passagem, a Serra do Mar, que está prestes a ser destruída.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado. Eu agradeço, Deputado Paulo Furiatti e quero aqui testemunhar o trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo não só no Paraná mas em todo o País, levando, exatamente os trabalhos e os estudos efetuados por Vossa Excelência e por toda a sua assessoria, no tocante à tramitação e aprovação do projeto de lei, que a partir de agora, está controlado no Paraná, que é o uso indiscriminado de agrotóxicos.

No último sábado, nós participamos de uma visita junto com os Engenheiros da ACARPA, do ITC, da Secretaria de Agricultura, e do Núcleo de Campo Mourão, exatamente na Bacia do Rio do Campo, onde ali vem sendo desenvolvido um trabalho de envergadura dos técnicos nesse setor. E ali pudemos constatar a seriedade com que isso vem se desenvolvendo e que é a primeira vez que o Governo do Estado do Paraná, coloca no Erçamento Geral do Estado, verbas para o combate e o controle à erosão no Paraná, através do programa integrado de manejo do solo.

Então, só quero aqui testemunhar e lembrar também a depredação que vem ocorrendo na Serra do Mar, onde o IBDF vem autorizando, indiscriminadamente, derrubadas de matas, o uso indevido do solo que não é próprio para a agricultura. E a Serra do Mar poderia muito bem continuar a ser o pulmão, não só de Curitiba, como também de toda a região metropolitana, aqui do sul do Paraná.

Eu parabeno Vossa Excelência que vem no Dia Mundial de Defesa do Meio Ambiente, falar sobre esse assunto que é atualíssimo e que vem exatamente de encontro aos interesses de toda a coletividade.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência permite

um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno, inclusive co-alter da Lei dos Agrotóxicos.

Eu gostaria de terminar o período, nobre Deputado, e logo após eu concederei o aparte.

Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o poderoso cartel da Associação Nacional dos Produtores de Defensivos Agrícolas, usam e abusam a seu bel prazer, de uma legislação notoriamente ridícula de 34. E hoje, quando o Poder Legislativo do Paraná, implanta uma lei estadual rígida, como nos países desenvolvidos, eles entram com mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal. Mas diga-se neste momento, que este Estado inteiro está fervilhando contra os desmandos destes cartéis poderosos, financeiramente, mas anti-prática na sua profundidade. Recentemente, o ex-membro do Conselho Administrativo da Bayer do Brasil, Ministro da Agricultura Nestor Yost, ao afirmar que no estágio atual do mundo, não é possível retornar à agricultura biológica, ele cumpre o seu papel como defensor das empresas multinacionais, o que fazia até tempos atrás como membro do Conselho.

Como cidadão integrado na sociedade civil, norteado pelo bom senso, e preocupado não apenas com o meu futuro, mas principalmente com o dos meus filhos e da comunidade, apelo à consciência dos paranaenses, que não deixem passar asneirices faladas por um ministro deste porte. E que ele assumas as consequências deste seu papel. Pegue o seu chapéu, Senhor Ministro, e deixe o verde voltar a ser saudável; deixe o brasileiro produzir. Porque nós temos um solo fértil, nós temos um povo trabalhador, nós temos um clima saudável; mas não temos uma agricultura avançada, exatamente pela tecnologia importada, imposta pela política agrícola do regime dos últimos 20 anos. Sai fora Ministro, deixa o brasileiro produzir; deixa a natureza desenvolver; deixa a consciência crítica nacional se aprofundar, porque se você ou se Vossa Excelência não deixar, nós assim o faremos de qualquer forma e de qualquer jeito.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Ilustre Deputado, parabenizando-o, desejo apenas dizer que o problema dos tóxicos, dos agrotóxicos, dos organo-clorados, não põem em risco apenas a existência do ser humano, mas põe em risco a própria reprodução do ser humano, que hoje, segundo dados citados por técnicos do assunto, até a possibilidade de reprodução humana tem decaído, porque para cada milímetro de espermas que antes ficava entre 100, 120 milhões de espermas, os organo-clorados e os agrotóxicos têm reduzido ao nível até de 40 milhões de espermatozoides, colocando em risco a própria possibilidade de reprodução do ser humano. Por conseguinte, hoje neste dia, o seu pronunciamento e a vossa lei apresentada combatendo o problema no Paraná, só poderia merecer os nossos aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo um minuto para que conclua seu pronunciamento.

O SR. PAULO FURIATTI - Finalizando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governo popular e democrático do PMDB no Paraná vem implementando uma política do meio ambiente que apenas só é limitada por um poder central absolutamente comprometido com uma política que não vem aos interesses da população brasileira.

E essa política contrária aos interesses nacionais somente virá ser, não conduzida, mas impedida com a mobilização do povo nas ruas, nas escolas, nas associações para que pos-

samos dar o nosso grito de liberdade e deixarmos aos nossos filhos uma terra sadia e saudável.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero, neste dia em que se faz análises a respeito do meio ambiente, dizer que somos solidários por todos aqueles que, efetivamente, têm contribuído para que a qualidade de vida de nossa gente seja mantida através de medidas saneadoras.

Congratulo-me com os empresários que têm uma visão evoluída desta questão e, que pensam não apenas nos seus próprios interesses econômicos, mas sobretudo, no bem estar do seu semelhante.

Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, há poucos minutos atrás atendi um telefonema de um eminente cidadão curitibano que expressou do seu inconformismo pela elevação absurda das taxas que estão sendo cobradas, desde o dia 1.º, pelo Departamento Estadual de Trânsito.

A renovação do exame de vista, Senhor Presidente e Senhores Deputados, até o dia 1.º era feito mediante o pagamento de uma taxa de Cr\$ 4.850,00.

Esta mesma renovação se feita hoje irá custar ao contribuinte Cr\$ 27.200,00, portanto, um aumento muito superior aos 70% prometido ao funcionário público.

A transferência de propriedade de veículo, que custava Cr\$ 671,00, vejam bem, Cr\$ 671,00, passou a nada mais nada menos de que Cr\$ 18.130,00, observem bem, de Cr\$ 671,00 para Cr\$ 18.130,00, um aumento de mais de 3.000%.

Antigamente não se cobrava taxa de inscrição de alienação e certificado, pois agora o DETRAN inovou, está cobrando uma taxa de Cr\$ 13.600,00 só para constar no Certificado que aquele veículo está alienado. E para conseguir a baixa daquela inscrição, o cidadão tem que pagar Cr\$ 13.600,00. Então ele paga Cr\$ 13.000,00 pela inscrição e mais Cr\$ 13.600,00 para retirar aquela inscrição.

E se um outro fizer alienação daquele carro, vai pagar Cr\$ 13.600,00, ora Senhor Presidente, Senhores Deputados, isso aí é um verdadeiro assalto à bolsa do povo. É inaceitável que haja um absurdo dessa natureza, sendo praticado contra os proprietários de automóveis!

E ainda, muitos Senhores Deputados da Oposição, em termos federais, estão se rebelando contra o Governo Federal, dizendo que o Governo Federal cobra absurdos, etc., etc., etc.

Mas vamos adiante, para a autenticação de um xerox, digamos que eu tire uma xerox de um certificado de propriedade, para poder andar na cidade com a xerox, ao invés de andar com o original, era cobrado Cr\$ 168,00, sabem para quanto passou? Cr\$ 4.500,00, Cr\$ 4.500,00 de Cr\$ 168,00!

O carro apreendido, que ficou recolhido lá naquele pátio do DETRAN, sofrendo as consequências da chuva e outras coisas mais, do tempo, levaria o proprietário a pagar uma diária de Cr\$ 168,00, por dia portanto, passou a partir de 1.º de junho a custar Cr\$ 4.500,00, por dia, então o cidadão que tiver a infelicidade de ter o seu carro apreendido e precisar pagar depois a estadia do carro, vai pagar depois a estadia do carro, vai pagar muito mais do que os estacionamento particulares do centro da cidade cobram, porque o seu carro fica lá, no cercado mal feito do DETRAN.

Uma negativa de multa, Senhor Presidente, qualquer transferência de veículo passou de Cr\$ 168,00 para Cr\$ 13.600,00, portanto se alguém aqui está pretendendo

comprar algum carro, especialmente carro usado, os funcionários que usam carros usados, devido ao seu baixo poder aquisitivo, mesmo com os 70% de aumento, não vão ter grande poder aquisitivo, na hora em que forem pedir a negativa vão pagar CR\$ 13.600,00, mais a transferência CR\$ 18.130,00, mais a taxa de alienação CR\$ 13.600,00, prepare-se para pagar CR\$ 45.000,00 ou CR\$ 50.000,00, quando a taxa até 1º de junho era de mil e poucos cruzeiros.

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é revoltante que isso esteja acontecendo, por isso trago a esta tribuna o descontentamento do povo paranaense, que terá mais este pesado ônus tributário sobre os seus ombros.

Amanhã retornarei ao assunto.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa consulta o PDS se fará uso do espaço que lhe resta.

Mas, antes, anunciamos, com satisfação, a presença do Prefeito de Jesuítas — Augusto Aisse.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, em atenção à solicitação dos estudantes, dos jovens como nós, preocupados com o problema ecológico do nosso Estado, o Deputado Antonio Belinati, Vice-Líder da Bancada do PDS, fará a leitura do manifesto do meio - ambiente e igualmente lerá o programa da Semana do Meio-ambiente.

Esperamos, como partido de oposição nesta Casa, que o PMDB hoje no Poder passe da palavra para a ação e tome as medidas necessárias à conservação do meio-ambiente no Paraná.

Conseqüentemente, o Deputado Antonio Belinati usará o restante da Liderança do PDS, digo, o restante do tempo da Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Por 20 minutos, está com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente.

Apenas para repor a verdade dos fatos: o PMDB já está em ação, cumprindo a sua programação política; e, hoje, ao apresentar o projeto de lei, criando o Conselho Estadual de Defesa do Meio-Ambiente é fruto, isto, do encontro do partido dos políticos com o Povo, com as entidades conservacionistas, digo, preservacionistas. Isto é a ação que o PDS jamais fez e jamais sonhou fazer, por isso, o PMDB está em ação com a lei dos agrotóxicos e criando o Conselho Estadual de Defesa do Meio-Ambiente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Está com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, a programação do Meio-Ambiente na Semana do Meio-Ambiente de 1º a 8 de junho; o restante da programação: hoje, às 9 horas, da manhã, na escadaria da Universidade, houve aula ao ar livre, sobre Meio-Ambiente para colegiais; às 10 horas, da manhã, na escadaria da Universidade, houve Encontro para Caminhada Ecológica; ao meio-dia houve um ato público, na Boca Maldita; às 4 horas, da tarde, neste momento, a visita que muito nos honra este Poder, a visita de colegiais ao Plenário da Assembléia Legis-

lativa do Paraná; às 7 horas, da noite, na Biblioteca Pública do Paraná, Recital de Poesia e Música; oito horas, da noite, também na Biblioteca Pública do Paraná, haverá uma importante mesa redonda sobre agrotóxicos e agricultura alternativa.

Amanhã, quarta - feira, 4 horas, igualmente na Biblioteca Pública do Paraná, encontro de entidades ecológicas; 8, da noite, no mesmo local, mesa redonda sobre organização política e ecologia.

Na quinta-feira, 8 horas, da noite, também na Biblioteca, outra mesa redonda, sobre desmatamento, erosão, barragens e propriedade rural; e, encerrando a importante comemoração da semana do Meio-Ambiente, na sexta - feira, duas, da tarde, na Rua das Flores, na Boca Maldita, concentração e caminhada ecológica. E, finalmente, 8, da noite, na Biblioteca Pública do Paraná, mesa redonda sobre Saúde e Meio-Ambiente, com o tema água, contaminação alimentar e mortalidade infantil.

E falando em ecologia, nós gostaríamos de fazer um registro especial, ao trabalho que o engenheiro, Dr. Milton realizou no comando do IBDF, para a preservação da Serra do Mar, para a preservação do meio ambiente do nosso Paraná, e fazer votos que o trabalho implantado por esse valoroso engenheiro, não cesse, não caia no esquecimento, que seja levado avante, pois, foi um trabalho que sensibilizou engenheiros, figuras da sociedade, e uma grande parcela do povo do Paraná.

Esse homem, quando substituindo o General Alcino, no comando do IBDF, ele notabilizou-se por um trabalho extraordinário.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o manifesto do Meio-Ambiente: Pense. E faremos a leitura porque, a continuidade da própria vida humana, ou a extensão da vida humana, ou uma vida mais longa, para que alcancemos esses objetivos, é de fundamental importância, a preservação dos nossos rios, dos nossos mananciais, das nossas matas. Mas, criminosamente a ganância do homem tem destruído os nossos mananciais, e as nossas reservas de matas.

O Brasil tem sofrido um contrabando de madeira muito grande. Nossa madeira tem sido levada para o Exterior, e dentro da ganância do ser humano, em consequência dessa ganância pelo dinheiro, o homem vai desmatando, vai destruindo, a mata, o homem vai destruindo o jacaré, o homem vai poluindo os rios, e, a vida humana está cada vez mais precária; e ainda há pouco tempo, a televisão mostrava que em alguns países do mundo, já se chega ao uso até de máscara contra a poluição. É bem verdade que, é ainda um índice pequeno, mas, no próprio Japão, e em outros países mais evoluídos, a poluição é tão grande, que aqueles mais precavidos chegam a se utilizar de uma máscara própria, até mesmo quando estão caminhando pelas ruas, para evitar o ar poluído.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a natureza esteja sendo destruída tão rapidamente; mas vamos ao manifesto.

Os desequilíbrios e distorções na paisagem são decorrentes de abusos sobre leis fracas que estão de acordo com opções e posições políticas, que não respeitam a vida, considerando apenas os interesses imediatos de alguns, na acumulação de riquezas sem limites. A grave situação ambiental observada em todo o nosso País faz parte da crise que ora atravessamos, fruto da centralização do poder, que decide de forma ditatorial, alheia aos reais anseios da comunidade, privilegiando vantagens escusas de poucos, e eu acrescentaria, em detrimetos de muitos. A degradação ambiental reflete a política de desenvolvimento adotada pelo sistema que agride ostensivamente o homem e a natureza criada por Deus.

O envelhecimento precoce do Paraná fica exposto na total devastação de nossas matas, e florestas, erosão do

solo e assoreamento dos nossos rios. O uso criminoso de agrotóxicos contaminando alimentos e poluindo as águas, vem causando doenças e danos irreversíveis à saúde do nosso povo.

A expulsão do homem do campo vem engrossando com os bolsões de pobreza nas periferias das cidades grandes e das cidades de porte médio, onde se acumula, com o lixo de uma sociedade industrial desumanizada.

O problema da poluição do ar não é só em Cubatão, porque tem gente que, vendo a televisão, lendo nos jornais, criam uma idéia, criam uma imaginação de que só Cubatão está poluída, mas é engano. A poucos quilômetros de Curitiba, na cidade de Araucária, no ano passado, já nasceram crianças com encefalia.

A degradação ambiental atinge a todos nós, indistintamente, no campo e na cidade. E notem, Srs. Deputados, independentemente de classe social, porque tem aquele que imagina que só o pobre é atingido, ou só o pobre sofre efeito da poluição. Mas a poluição atinge o campo e a cidade, independente de classe social.

A luta do povo pela conquista de melhores condições de saúde, por melhores condições de habitação, por melhores condições de ensino, é também a luta pelo uso racional dos recursos naturais, e pelos direitos dos cidadãos.

A consciência ecológica faz parte da libertação pela qual todos lutamos. A sociedade exige seus direitos. Devemos passar da simples comemoração da data de hoje — 05 de junho, para um momento de profunda reflexão a respeito de todas essas importantes questões aqui abordadas.

Este é, sem dúvida, um passo decisivo e decidido também, rumo às mudanças que devem estar presentes em nossos corações e em nossas mentes.

A realidade exige empenho e dedicação de todos os que acreditam na transformação do nosso cotidiano, alterando o que está ao alcance imediato, despertando o espírito crítico para a urgência de uma nova forma de exigência com tudo.

Ecologia está aqui na faixa; ecologia está aqui nos cartazes; ecologia não é magia, ecologia é sobrevivência. A semana do meio ambiente é o momento para iniciarmos o traçado do rumo certo, na firme busca da liberdade e da sobrevivência do ser humano aqui na terra.

Una-se a nós nesta caminhada pela vida, participando da Semana da Ecologia, que começou no dia primeiro e se encerra no dia 08. É o trabalho da nobre comissão organizadora, da Semana do Meio Ambiente.

E neste momento queremos aqui parabenizar os membros da comissão organizadora da Semana do Meio Ambiente. Parabenizar os jovens, os colegiais que estão empenhados nesta grande campanha pelo meio ambiente que é, inegavelmente, a sobrevivência.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Deputado Antônio Belinati, agradecendo a gentileza do aparte, desejo também, solidarizar-me e parabenizar a comissão organizadora da Semana do Meio Ambiente, que se mobiliza para aumentar o índice de uma população que deve mais vezes se preocupar por mais tempo, com os problemas ambientais.

Desejo também, ilustre Deputado, dizer que este dia registra para o Paraná, não somente o Dia Mundial do Meio Ambiente, mas principalmente a conclusão de um trabalho democrático praticado por este Poder e faça-se justiça, quando digo: "Praticado por este Poder", porque foi exatamente na Comissão de Ecologia em Defesa do Meio Ambiente desta Assembleia, integrada na sua maioria por Deputados da nossa Bancada do PMDB e minoritariamente pelos Deputados do PDS, mas todos juntos, convocamos a sociedade como um todo e, hoje, estão aí, para serem discutidos, votados e aprovados, o Conselho Estadual de Defesa do Meio-Ambiente, e a lei que regula, no Paraná, o uso dos agrotóxicos responsáveis

por 67 mortes e 3.514 intoxicações nos últimos meses, e esta lei visa, realmente, coibir, proibir, e impedir que os picaretas da saúde e da vida, representados pelas multinacionais que só têm no Brasil interesses econômicos, continuem dilapidando a vida do povo do Paraná e do povo do Brasil.

O Parana, ilustre Deputado Antônio Belinati, registra hoje, um novo tempo, porque, com a criação deste Conselho Deliberativo e Fiscalizador, haveremos de impor o cumprimento rigoroso da legislação existente, para que não matem mais impunemente no Estado do Paraná, para que não intoxicuem mais, impunemente, no Estado do Paraná, porque o povo também precisa ter vez de falar, de viver e de sobreviver com dignidade e com saúde. E as multinacionais, nobre Deputado, ex-Prefeito de Londrina, conviveu com elas e sabe que, após o advento da malfadada revolução de 64, que se instalou no Brasil, proibindo o trabalhador de falar e de reclamar, elas vieram exatamente porque o trabalhador não podia sequer reivindicar melhorias salariais, porque os sindicatos estavam tomados pelos pelegos e pela ditadura.

Então hoje, as multinacionais ainda dominam até mesmo o alimento e o leite que bebemos e comemos, e até no leite materno se encontram os resíduos dos agrotóxicos, e muitas vezes até mesmo envenena as crianças recém-nascidas.

Vossa Excelência, ilustre Deputado, como a sua Bancada e a nossa, e principalmente o Governo eleito pelo povo, José Richa, que reabriu o debate amplamente, para que se criasse na consciência do povo do Paraná a necessidade de preservar o que é nosso, a obrigação de respeitar o que é nosso, e o que é nosso não foi o que nós compramos, foi o que Deus nos deu graciosamente, foi essa natureza rica, foram estes rios, hoje assoreados, que precisam ser restaurados, essas matas que precisam ser replantadas porque o Paraná sofre com esta descobertura florestal; são os rios da nossa infância e, principalmente, talvez, da sua infância, ilustre Deputado Antônio Belinati, em que Vossa Excelência podia nadar com certa desenvoltura e hoje mal pode molhar os pés, pelo assoreamento irresponsável do não cumprimento da legislação existente.

Nobre Deputado, o Paraná e o Governo do Paraná, após o advento da última eleição renasceu com certeza para um novo tempo, e nós todos, juntos, com amor, com responsabilidade, haveremos de construir para todos nós, o Paraná que todos nós sonhamos.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, nobre Deputado Osvaldo Alencar.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência, Deputado Antônio Belinati, fala em nosso nome, em nome da Bancada do PDS, ao manifestar a sua solidariedade pessoal e partidária aos homens, mulheres, jovens que estão preocupados com o movimento ecológico.

Preocupação que sensibiliza, não só o Estado do Paraná, o Brasil, mas a própria humanidade.

Recebi ainda há pouco, de um dos jovens participantes, um folheto intitulado "Estão querendo acabar comigo" e vejo ao final deste folheto, uma citação de Benjamin Franklin, um grande estadista norte-americano, numa frase que passou à História:

"Se as cidades forem destruídas e os campos conservados, aquelas ressurgirão, mas se os campos forem destruídos e as cidades conservadas, estas perecerão".

A preocupação com o movimento ecológico, não é bandeira partidária, não é bandeira de atualidade apenas, e nós fazemos votos para que no Paraná este movimento da juventude, da sociedade consciente, faça com que o Governo do Estado tome hoje as medidas necessárias para conservar o ambiente, como no passado foram tomadas algumas medidas que resul-

taram, por exemplo, na criação da SUREHMA que tem feito um trabalho no limite das suas possibilidades orçamentárias, bom para a conservação ecológica do nosso Estado.

Esperamos que o Governo, dito da mudança, proponha alguma mudança para também neste campo melhorar a vida dos paranaenses.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Encerrando, Sr. Presidente, louvo a Deus, agradeço a Deus por ver crianças, adolescentes, jovens e adultos, como essas criaturas extraordinárias que aqui estão, cuidando da ecologia, preservando a natureza e naquele lema muito bem estampado aqui na campanha, que a "Ecologia não é uma magia".

Sr. Presidente, parabéns a essas criaturas e que no mundo sempre possam existir grupos, gente como esse povo que aqui está para lutar pelo meio ambiente, para que a vida humana não pereça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Com Emenda de Plenário. Em Regime de Urgência.

Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Vossa Excelência está colocando em votação o Projeto Complementar n.º 77/83, em Terceira Discussão?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) 77/83. Encerrada a discussão do projeto e emendas.

Está em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Tadeu França, já aprovada em 2ª Discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência poderia anunciar ao Plenário o teor da emenda?

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à leitura da emenda.

(É procedida a leitura da emenda)

"EMENDA N.º 01"

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 77/83

Substitua-se a súmula e o art. 1.º, pelo seguinte:

"SÚMULA: Considera para efeito de cumprimento de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino o tempo de serviço prestado em atividades docentes nas situações que estabelece.

Art. 1.º — Considera-se para efeito de estágio probatório

ao Professor, aprovado e classificado em concurso público para cargo no Magistério da Rede Estadual de Ensino, o tempo de serviço anteriormente prestado em atividades docentes ao Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

Apoio: AMÉLIA HRUSCHKA, EDGARD PIMENTEL, ERVIN BONKOSKI, SABINO CAMPOS, MÁRIO PEREIRA e RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Tratando o presente plano de lei de matéria de interesse da própria administração estadual, tanto assim que foi aprovado em primeira discussão após obter pareceres favoráveis das Comissões desta Casa, o signatário, seu autor, notou algumas imperfeições, no texto original.

Com objetivo de aprimorar a redação do art. 1.º, para evitar possível veto por razões de ordem constitucional, pois, melhor analisando o projeto, poder-se-ia concluir em texto constitucional, adequamos a mesma de forma a deixar mais claros os reais propósitos deste plano de lei, sem que se considerem feridos quaisquer dispositivos de nossa Carta Magna Estadual".

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

Emenda em 3ª Discussão, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência pode anunciar a emenda, o teor da emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que faça a leitura da emenda.

(É lida a Emenda):

"EMENDA N.º 02"

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 77/83

Substitua-se o art. 1.º pelo seguinte:

"Art. 1.º — Considera-se para efeito de estágio probatório ao Professor aprovado e classificado, a partir da publicação da presente lei, em concurso público, para cargo no magistério da Rede Estadual de Ensino, o tempo de serviço prestado em atividades docentes ao Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Apoio: TADEU LÚCIO MACHADO, NELSON VASCONCELLOS, MÁRIO PEREIRA e NESTOR BAPTISTA".

Está em votação a emenda. — **Aprovada.**

Está em votação o projeto. — **Aprovado**, e irá em 4ª Discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

Para registrar, em primeiro lugar, que o projeto e as emendas a ele pensadas, foi aprovado por unanimidade deste Plenário da Assembléia Legislativa, e que, lamentavelmente, apenas quatro Srs. Parlamentares se encontram em plenário, sequer o autor do projeto se encontra em plenário.

Estamos votando com as ressalvas que já fizemos no passado, desta tribuna da Oposição, alertando que o Governador José Richa poderia, simplesmente, através de um ato administrativo, tomar as providências que regularizassem a situação de dois mil professores do Estado do Paraná. Como Sua Excelência o Chefe do Regime do PMDB no Estado do Paraná não se sensibiliza com a situação dos professores e quer que os professores do Estado do Paraná tenham o dom da ambigüidade, isto é,

estejam em dois lugares ao mesmo tempo, esta Assembléia, aprova o projeto e as emendas.

Entretanto, Sr. Presidente, nós verificamos que um projeto de tamanha importância — Lei Complementar — apenas quatro Parlamentares governistas estão no plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — 3.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 138/83, de autoria do Deputado MÁRIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ — ASVHU", com sede e foro no Município de Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

31 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para votação.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/83.

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 175/83, 179/83, 243/83, 04, 05, 10, 18, 21 e 31/84.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 02, 24, 25, 29, 33, 35, 38, 39, 44 e 45/84.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25/84 a 34/84, e do Projeto de Lei n.º 87/84.

Levanta-se a Sessão.